

OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
 CNPJ/MF 37.877.644/0001-72
BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
RELATÓRIO DA DIRETORIA

A diretoria da **OJC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, vem apresentar aos senhores acionistas e ao público em geral as Demonstrações Financeiras do Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, bem como coloca à disposição dos interessados, os documentos suporte e as informações de que trata a Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), e alterações posteriores, os CPC's, os quais podem ser solicitados na sede social da sociedade, à Rua Tomaz Edson, nº 400, Bairro Serrinha, Goiânia, Goiás, CEP 74.835-130, durante o expediente comercial.

Goiânia, 10 de abril de 2017.

JAIME CÂMARA JÚNIOR
 Diretor Presidente

TASSO JOSÉ DA CÂMARA
 Diretor Vice-Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.550	5	8.464	2.154	Fornecedores	13	-	-	11.289	13.320
Aplicações financeiras	5	-	1.345	63.186	196.043	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	3.106	2.898
Contas a receber de clientes	6	-	-	28.836	39.021	Obrigações tributárias	15	-	7	2.616	1.455
Estoques	7	-	-	5.884	5.100	Obrigações sociais e trabalhistas	16	401	193	20.220	19.975
Impostos a recuperar		163	161	10.824	4.873	Adiantamentos de clientes		-	-	5.041	3.524
Dividendos a receber		5.078	10.314	-	-	Dividendos a pagar	18.d	2.062	12.808	2.693	14.166
Outros ativos circulantes		2	10	2.287	1.886			2.463	13.008	44.965	55.338
		11.793	11.835	119.481	249.077	Não circulante					
Não circulante						Empréstimos e financiamentos	14	-	-	8.356	10.830
Contas a receber de clientes	6	-	-	2.825	544	Empréstimos com partes relacionadas	19	-	-	7.227	4.793
Empréstimos a receber de partes relacionadas	19	-	-	2.442	3.144	Obrigações tributárias		-	-	192	389
Impostos diferidos	8	-	-	5.613	2.189	Impostos diferidos	8	5.872	5.872	10.115	12.937
Depósitos judiciais	17	-	-	4.836	4.151	Provisão para demandas judiciais	17	310	-	9.533	12.311
Investimentos	9	161.950	282.345	9.298	22.503			6.182	5.872	35.423	41.260
Propriedades para investimento	10	-	-	632	632	Patrimônio líquido					
Imobilizado	11	27	33	109.174	114.011	Capital social	18.a	115.403	115.403	115.403	115.403
Intangível	12	20	25	13.454	14.458	Transações de capital		11.398	11.398	11.398	11.398
		161.997	282.403	148.274	161.632	Ajuste de avaliação Patrimonial		(4.544)	-	(4.544)	-
						Reservas de reavaliação	18.b	10.558	10.705	10.558	10.705
						Reservas de lucros	18.c	32.330	137.852	32.330	137.852
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		165.145	275.358	165.145	275.358
						Participações de não controladoras		-	-	22.222	38.753
								165.145	275.358	187.367	314.111
Total do ativo		173.790	294.238	267.755	410.709	Total do passivo e do patrimônio líquido		173.790	294.238	267.755	410.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita líquida dos serviços prestados	20	-	-	204.200	241.236
Custo dos serviços prestados	21	-	-	(104.709)	(106.501)
Lucro bruto		-	-	99.491	134.735
Despesas e receitas operacionais					
Comerciais	22	-	-	(71.102)	(77.014)
Gerais e administrativas	23	(610)	(640)	(32.339)	(39.550)
Tributárias	24	(8)	(15)	(4.590)	(3.751)
Equivalência patrimonial	9	11.267	31.379	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	25	(1.485)	(17)	(873)	8.645
		9.164	30.707	(108.904)	(111.670)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		9.164	30.707	(9.413)	23.065
Resultado financeiro, líquido	26	(681)	303	16.679	21.339
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		8.483	31.010	7.266	44.404
Imposto de renda e contribuição social	8				
Corrente		-	(20)	(3.941)	(13.989)
Diferido		-	-	6.803	3.756
		-	(20)	2.862	(10.233)
Resultado do exercício		8.483	30.990	10.128	34.171
Resultado atribuível a:					
Acionistas controladores				8.483	30.990
Acionistas não controladores				1.645	3.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado do exercício	8.483	30.990	10.128	34.171
Outros resultados abrangentes	<u>(4.544)</u>	-	<u>(4.544)</u>	-
Resultado abrangente	<u>3.939</u>	<u>30.990</u>	<u>5.584</u>	<u>34.171</u>
Resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores			3.939	30.990
Acionistas não controladores			1.645	3.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Resultado do exercício	8.483	30.990	10.128	34.171
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	20	(2.862)	10.233
Juros sobre empréstimos provisionados	-	-	661	964
Depreciação e amortização	11	-	11.893	12.380
Rendimentos de aplicações financeiras não realizados	-	(309)	(17.138)	(25.417)
(Reversão) constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	2.121	(307)
Varição cambial, líquida	(522)	-	827	(3.151)
(Reversão) constituição de provisões para riscos, líquida	310	-	(2.778)	6.786
(Ganho) perda na alienação de ativos imobilizados	-	-	(38)	(7.896)
Perda (ganho) na baixa de investimento	-	39	-	39
Resultado de equivalência patrimonial	(11.267)	(31.379)	-	-
Descontos financeiros obtidos	-	-	-	<u>(143)</u>
	<u>(2.985)</u>	<u>(639)</u>	<u>2.814</u>	<u>27.659</u>
(Aumento) Redução dos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	5.783	3.593
Estoques	-	-	(784)	2.360
Impostos a recuperar	(7)	(66)	(5.951)	(1.904)
Outros ativos circulantes	5.244	561	(3.825)	28
Depósitos judiciais	-	-	(685)	(466)
	<u>5.237</u>	<u>495</u>	<u>(5.462)</u>	<u>3.611</u>
Aumento (Redução) dos passivos operacionais				
Fornecedores	522	(35)	(2.858)	4.813
Obrigações tributárias	-	7	3.826	(2.273)
Obrigações sociais e salários	208	174	245	4.646
Adiantamentos de clientes	-	-	<u>(1.305)</u>	<u>123</u>
Caixa gerado (consumido) pelas operações	<u>730</u>	<u>146</u>	<u>(92)</u>	<u>7.309</u>
Recebimento de dividendos	-	12.277	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(20)	-	(13.002)
Pagamento de juros sobre empréstimos	-	-	<u>(661)</u>	<u>(964)</u>
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	<u>2.982</u>	<u>12.259</u>	<u>(3.401)</u>	<u>24.613</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Aplicações financeiras	-	1.237	(126.770)	(17.562)
Resgate de aplicações financeiras	1.345	-	276.765	-
Baixa de investimentos	125.659	-	7.203	-
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	(6.161)	(8.219)
Recebimento na venda de ativo imobilizado	-	-	-	12.352
Recebimento na venda de propriedades para investimentos	-	-	-	<u>3.579</u>
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos	<u>127.004</u>	<u>1.237</u>	<u>151.037</u>	<u>(9.850)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	471	435
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(2.737)	(1.857)
Captação de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	-	172	3.136	699
Caixa recebido na incorporação de controlada em conjunto	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	<u>(123.441)</u>	<u>(13.676)</u>	<u>(142.196)</u>	<u>(15.440)</u>
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	<u>(123.441)</u>	<u>(13.504)</u>	<u>(141.987)</u>	<u>(16.163)</u>
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>6.545</u>	<u>(8)</u>	<u>6.310</u>	<u>(1.400)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	13	2.154	3.554
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.550	5	8.464	2.154
	<u>6.545</u>	<u>(8)</u>	<u>6.310</u>	<u>(1.400)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Transações de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Participação de não controladores	Patrimônio líquido	
						Legal	Retenção de lucros	Total				
Saldo em 31 de dezembro de 2014		<u>115.403</u>	-	<u>11.398</u>	<u>10.850</u>	<u>2.647</u>	<u>115.937</u>	<u>118.584</u>	-	<u>256.235</u>	<u>36.520</u>	<u>292.755</u>
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	(145)	-	145	145	-	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	30.990	30.990	3.181	34.171
Destinação do lucro líquido do exercício:												
Constituição de reserva legal	18.d	-	-	-	-	1.550	-	1.550	(1.550)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(727)	(727)	(7.396)	(8.087)	-	(8.087)
Retenção de lucros		-	-	-	-	-	22.080	22.080	(22.044)	-	-	-
Dividendos adicionais destinados sobre as reservas de lucros	18.e	-	-	-	-	-	(3.779)	(3.779)	-	(3.779)	(1.072)	(4.851)
Dividendos não distribuídos de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	124	124
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>115.403</u>	-	<u>11.398</u>	<u>10.705</u>	<u>4.197</u>	<u>133.656</u>	<u>137.853</u>	-	<u>275.359</u>	<u>38.753</u>	<u>314.112</u>
Variação no valor justo de instrumentos financeiros	9	-	(4.544)	-	-	-	(1.457)	(1.457)	-	(6.001)	-	(6.001)
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	(147)	-	147	147	-	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	8.482	8.482	1.645	10.127
Destinação do lucro líquido do exercício:												
Constituição de reserva legal	18.d	-	-	-	-	424	-	424	(424)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(37)	(37)	(2.014)	(2.051)	-	(2.051)
Retenção de lucros		-	-	-	-	-	6.044	6.044	(6.044)	-	-	-
Dividendos adicionais destinados sobre as reservas de lucros	18.e	-	-	-	-	-	(110.644)	(110.644)	-	(110.644)	(18.176)	(128.820)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>115.403</u>	<u>(4.544)</u>	<u>11.398</u>	<u>10.558</u>	<u>4.621</u>	<u>27.709</u>	<u>32.330</u>	-	<u>165.145</u>	<u>22.222</u>	<u>187.367</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JAIME CÂMARA JUNIOR
 Diretor Presidente

TASSO JOSÉ DA CÂMARA
 Diretor Vice-Presidente

CLÁUDIA TEREZA CONSTANTINO TOLEDO
 Contadora CRC/GO - 12056/O

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A OJC Administração e Participações S.A. ("Grupo"), pessoa jurídica de direito privado, constituída através da transformação da empresa RCN Comunicações, Empreendimentos Administrações e Participações Ltda. em 1º de junho de 1993, é uma sociedade de capital fechado que tem por objeto: (a) prestação de serviços de assessoramento na área de comunicações em geral e na área de distribuição de filmes, fitas de vídeo, programas e eventos artísticos, esportivos e culturais; e (b) participação em outras sociedades, na qualidade de sócio quotista ou acionista de qualquer ramo, atividade ou natureza jurídica, no País ou no exterior. A sede administrativa encontra-se localizada à Rua Tomaz Edson, número 400, Quadra 7, Bairro Serrinha, na cidade de Goiânia, GO.

2. Base de preparação
a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e controladas são de responsabilidade da Administração do Grupo e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 24 de abril de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 06** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- **Nota Explicativa 08** - Realização do crédito tributário diferido
- **Nota Explicativa 11** - Vida Útil do ativo imobilizado
- **Nota Explicativa 17** - Depósitos judiciais e Provisão para demandas judiciais

d) Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

e) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

(a) Base de consolidação

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Sociedades incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Empresas controladas	Participação - (%)	
	31/12/2016	31/12/2015
Televisão Anhanguera S.A.	88,96	88,96
J. Câmara e Irmãos S.A.	84,89	84,89
Rádio Anhanguera S.A.	99,46	99,46
Rádio Araguaia Ltda.	99,00	99,00
Rádio Som Juventude Ltda.	99,00	99,00
Rádio Som de Gurupi Ltda.	99,00	99,00
Televisão Rio Formoso Ltda.	99,00	99,00
TMK Comunicação de Resposta Direta Ltda.	99,00	99,00
NETCAM Ltda.	99,98	99,98
Anhanguera Comércio e Serviços Ltda.	99,76	99,76
Centro Norte de Comunicação Ltda.	99,93	99,93
Gráfica e Editora O Popular Ltda.	33,37	33,37

As atividades das controladas diretas e indiretas são como segue:

- **Televisão Anhanguera S.A.** - Empresa geradora e retransmissora do sinal da Rede Globo de Televisão em Goiânia.
- **J. Câmara e Irmãos S.A.** - Empresa responsável preponderantemente pela publicação e comercialização dos jornais "O Popular", "Jornal do Tocantins" e "Jornal Daqui".
- **Rádio Anhanguera S.A., Rádio Araguaia S.A., Rádio Som Juventude Ltda., Rádio Som Gurupi Ltda.** - Empresas de radiodifusão.
- **Televisão Rio Formoso Ltda.** - Empresa geradora e retransmissora do sinal da Rede Globo de Televisão em Gurupi - TO e Jataí - GO.
- **TMK Comunicação de Resposta Direta Ltda.** - Empresa destinada à comercialização de serviços de *telemarketing*.
- **NETCAM Ltda.** - Empresa prestadora de serviços de consultorias, projetos, desenvolvimento, administração e exploração comercial de sistemas relacionados às áreas de telecomunicações.
- **Anhanguera Comércio e Serviço Ltda.** - Sociedade que se dedica à importação e ao comércio de peças e componentes eletrônicos, à prestação de serviços de manutenção e recuperação de máquinas e equipamentos, manutenção, montagem, instalações de antenas e torres de radiodifusão; e à locação de veículos.
- **Centro Norte de Comunicação Ltda.** - Empresa geradora e retransmissora do sinal da Rede Globo de Televisão em Palmas - TO.
- **Gráfica e Editora O Popular Ltda.** - Empresa prestadora de serviços de artes gráficas, produção fonográfica e de eventos, edições, administração de direitos autorais e distribuição e produção de obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária, visando à exposição e ou oferta de produtos, e serviços correlatos. Embora a Companhia participe em 33,37% dessas cotas, na posição de investidor a Holding possui poder sobre a investida, exposição a, ou direitos sobre seus retornos variáveis e capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos, motivo pelo

qual está sendo consolidada.

Participação de acionistas não-controladores

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

(c) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras referem-se a valores mantidos em fundos de investimentos marcados a mercado pelo valor da cota divulgado na data das demonstrações financeiras. Essas aplicações financeiras são classificadas como valor justo por meio do resultado.

(d) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São demonstradas pelos valores faturados de competência até a data das demonstrações financeiras, reduzidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa, calculada com base na análise individual dos valores a receber, em montante considerado pela Administração, como suficientes para cobrir as perdas esperadas na realização dos créditos.

(e) Estoques

Estão demonstrados ao custo médio de aquisição, líquidos de provisão para ajuste ao valor de mercado, inferior aos custos de reposição ou aos seus valores de realização.

(f) Investimentos em controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(g) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

(h) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 11.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

(i) Intangíveis

Os ativos intangíveis são adquiridos separadamente ou gerados internamente e possuem vidas úteis definidas. A amortização é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimada desses ativos. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(I) Softwares

As licenças de programas de computador (*softwares*) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são amortizadas conforme o período esperado de benefício futuro e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistema de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de *software* reconhecido como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(II) Concessões públicas

As concessões públicas são decorrentes do direito de explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens e são classificadas como ativos intangíveis de vida útil indefinida.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ativos intangíveis, com vida útil indefinida, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável anualmente ou sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

(j) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

A Companhia avalia internamente, no final de cada período, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro possui risco de perda. O reconhecimento ocorre somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal
- Probabilidade de o tomador declarar falência ou outra reorganização financeira
- Mudanças adversas na situação do pagamento dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Maiores clientes da carteira
- Condições econômicas nacionais ou locais

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não monetários (imobilizado e intangível) são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Os fatores considerados pela Companhia incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Nenhuma evidência de irrecuperabilidade foi registrada nos períodos apresentados.

(k) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são reconhecidas quando a Empresa e as suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

(l) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. Como facultado pela legislação fiscal vigente, o Grupo adota o regime de caixa para apuração do resultado a ser tributado decorrente das vendas junto a órgãos públicos.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças intertemporais entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando se tornarem dedutíveis, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício.

(m) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros não derivativos ativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa. Os instrumentos ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos ativos são classificados nas seguintes categorias: (i) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) Ativos disponíveis para venda; (iii) Ativos mantidos até o vencimento; e (iv) Empréstimos e recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia tinha os ativos financeiros classificados nas seguintes categorias:

(i) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não cotados em mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha "Receitas ou despesas financeiras".

Os empréstimos e os recebíveis compreendem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros créditos.

(ii) Instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2015 o Grupo tinha as ações da Companhia Wisekey S.A. (outros investimentos) classificadas como instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer

custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo tinha as ações da Companhia Wisekey S.A. (outros investimentos) classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros são classificados em passivos financeiros não mensurados ao valor justo e passivos financeiros mensurados ao valor justo. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantém passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis e incorridos, são reconhecidos no resultado na linha "Receitas ou despesas financeiras".

(n) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, desconto comerciais ou bonificações concedidas ao comprador e outras deduções similares. A receita somente é reconhecida quando os riscos e benefícios decorrentes da transação são transferidos ao comprador, o valor da receita possa ser estimado com segurança e quando for provável que benefícios econômicos decorrentes da transação sejam percebidos pelo Grupo.

A receita decorrente da prestação de serviços de publicidade é reconhecida no momento da efetiva veiculação da publicidade, independente do faturamento ou recebimento e a receita com assinaturas é reconhecida mensalmente com base no número de dias de entrega dos jornais, independente do recebimento dos valores contratados.

(o) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio nas datas das transações, sendo os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das demonstrações financeiras.

(p) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.

CPC 47 Receita de contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (R1) Receitas e o CPC 17 Contratos de construção. O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

De acordo com o CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando todas as obrigações contratuais são atendidas.

A Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras quando da adoção do CPC 47.

CPC 48 Instrumentos financeiros

O CPC 48 substitui as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e o desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos e as suas características de fluxo de caixa são administrados.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos do CPC 38 para a classificação de passivos financeiros.

Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2016, teriam um impacto significativo na contabilização de ativos e passivos financeiros.

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas".

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48. No entanto, a Companhia ainda não finalizou a metodologia de perda por redução ao valor recuperável que aplicará no âmbito da CPC 48.

IFRS 16 Leases (arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A avaliação preliminar da Companhia não identificou impactos significativos da adoção desta norma nas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos conta corrente	6.550	5	8.464	2.154

5. Aplicações financeiras

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras em fundo de investimento exclusivo (a)	-	1.345
	-	1.345

Consolidado

	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras em fundo de investimento exclusivo (a)	56.051	180.092
Aplicações em outros fundos de investimentos (b)	7.135	15.951
	63.186	196.043

(a) Aplicações financeiras em fundo de investimento exclusivo

Em 25 de agosto de 2010, foi constituído fundo exclusivo denominado "BB JC Fundo de Investimento em cotas de fundo de investimento", administrado pela instituição BBTVM (Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) que, por sua vez, aplica em outros fundos de investimentos de renda fixa.

Conforme definido no regulamento do fundo de investimento, as cotas não possuem prazo de carência para resgates, os quais podem ocorrer a qualquer tempo.

Todas as aplicações nos fundos de investimentos estão marcadas pelo valor de cota do fundo divulgada na data das demonstrações financeiras, e o fundo adota o valor justo como critério de avaliação da sua carteira de ativos, motivo pelo qual não há perdas significativas quando do resgate.

Considerando que esse fundo é exclusivo do Grupo OJC, o referido fundo está sendo consolidado nas demonstrações do Grupo, sendo as carteiras apresentadas de forma segregada por tipo de aplicação. O percentual de aplicação, considerando o Patrimônio Líquido (PL), em cada exercício e a característica de cada fundo está descrito a seguir:

Fundo	31/12/2016	31/12/2015
	PL	PL
BB Top DI	65%	65%
BB Top Crédito Privado	-	11%
BB Top RF Arrojado	15%	15%
BB Atacado Mistô	-	4%
BB Top Dólar	5%	5%
BB Top Governo	15%	-
	100%	100%

BB Top DI - O fundo obrigatoriamente mantém no mínimo 80% de seu patrimônio em títulos Públicos Federais ou privados e valores mobiliários de renda fixa de emissor de baixo risco de crédito. A atuação no mercado de derivativos está limitada à realização de operação com o objetivo exclusivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas. As aplicações do fundo em conjunto com as dos fundos investidos em títulos Privados estão limitadas a 50% de seu patrimônio. O fundo mantém uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias.

BB Top Crédito privado - As aplicações do fundo são compostas por uma carteira de ativos de emissão pública ou privada de qualquer aspecto de risco de crédito, à exceção de estratégias que impliquem em assunção de risco de moeda estrangeira e de ações. A carteira do fundo apresenta prazo médio superior a 365 dias, sendo que, no mínimo, 80% de seu patrimônio líquido, estão relacionados à remuneração de taxas de juros domésticas, índices de preços ou ambos. O fundo poderá realizar operações em mercados derivativos, compatíveis à sua política de investimentos, com o objetivo de agregar rentabilidade aos recursos investidos, desde que tais operações não gerem exposição superior ao seu patrimônio líquido.

BB Top RF Arrojado - O fundo mantém ativos que acompanham as variações das taxas de juros domésticas, de índices de preços ou ambos, compostos por títulos públicos ou privados, pré ou pós-fixados, e outros ativos e/ou modalidades operacionais disponíveis. Mantém 80% de seu patrimônio em títulos federais ou ativos de baixo risco de crédito. As aplicações do fundo em conjunto com as dos fundos investidos em títulos privados estão limitadas a 50% de seu patrimônio. Estratégias que impliquem em riscos de moeda estrangeira, de renda variável ou de alavancagem não são efetuadas.

BB Atacado Mistô - As aplicações do fundo são compostas por uma carteira de ativos de emissão pública e/ou privada à exceção de estratégias que impliquem em assunção de riscos de moeda estrangeira ou de renda variável. A carteira do fundo tem no mínimo 80% de patrimônio relacionado diretamente, ou sintetizados via derivativos, a taxa de juros domésticos. Para alcançar seus objetivos, o fundo pode compor uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias.

BB Top Dólar - O fundo mantém, no mínimo, 80% do seu patrimônio em ativos que estão relacionados, direta ou indiretamente, à variação do dólar norte americano. As aplicações do fundo em conjunto com outros fundos de investimentos são limitadas a 50% do seu patrimônio. O prazo médio da carteira é superior a 365 dias.

BB Top Governo - Carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, acompanhando a variação de taxas de juros domésticos, índice de preços ou ambos, composta isolada ou cumulativamente, por títulos e valores mobiliários públicos e privados, pré ou pós-fixados, operações compromissadas, bem como por ativos e/ou modalidades operacionais disponíveis no mercado, devendo manter 80% do PL, em ativos com baixo risco de crédito. Aplicações em títulos privados, estão limitadas a 50% de seu PL.

(b) Aplicações em outros fundos de investimento

Fundo Bradesco FIC UPPPER tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas rentabilidade através das oportunidades oferecidas pelos mercados de taxa de juros pós-fixadas e pré-fixadas, índices de preço e moeda estrangeira, excluindo estratégias que impliquem em risco de renda variável.

i. O Fundo pretende atingir seu objetivo investindo no mínimo 95% de seu patrimônio em cotas de Fundos de investimento de qualquer classe, que possuam como política de investimento aplicar seus recursos em títulos públicos e/ou privados de qualquer espectro de risco de crédito, com atuação ativa nos mercados de taxa de juros pós-fixados e pré-fixados, de índices de preços e moeda estrangeira, excluindo estratégias que impliquem em risco de renda variável. As operações nos mercados de derivativos desses fundos de Investimento devem se limitar a até uma vez o patrimônio líquido do fundo, vedado seu uso para alavancagem.

6. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Duplicatas a receber	29.567	31.663
Contas a receber - Globo	5.349	5.989
Cheques em cobrança	635	736
Serviços a faturar	299	733
Contas a receber - venda da fazenda)	-	1.881
Outros	2.832	3.463
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.021)	(4.900)
	31.661	39.565

Circulante	28.836	39.021
Não circulante		
	2.825	544

Para determinar a recuperabilidade das contas a receber de clientes é considerada qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período do relatório. Exceto por os valores a receber com a Rede Globo, a concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente. O saldo de contas a receber por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 está distribuído conforme segue:

Operações com Órgãos Públicos

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	4.803	2.672
Vencidos até 60 dias	45	3.760
Vencidos de 61 a 90 dias	1	769
Vencidos de 91 a 180 dias	141	1.333
Vencidos de 181 a 360 dias	103	911
Vencidos acima de 361 dias	7.128	8.960
	<u>12.221</u>	<u>18.405</u>

Operações com Setor Privado

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	22.599	9.515
Vencidos até 60 dias	329	9.993
Vencidos de 61 a 90 dias	241	591
Vencidos de 91 a 180 dias	496	1.600
Vencidos de 181 a 360 dias	884	1.436
Vencidos acima de 361 dias	1.912	2.925
	<u>26.461</u>	<u>26.060</u>

Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.021)	(4.900)
Total	31.661	39.565

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios utilizados pelo Grupo são: (i) títulos vencidos a mais de 1 ano em operações com setor privado; e (ii) títulos vencidos a mais de 5 anos para as operações com órgãos públicos.

O saldo de "Contas a receber de clientes" inclui valores vencidos, no final do exercício, de Entidades públicas federais, estaduais e municipais, apresentados no ativo não circulante, para os quais o Grupo não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que a Administração entende que não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores ainda são considerados recuperáveis.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	4.900	5.207
Constituições	3.742	2.660
Reversões e baixas	(1.621)	(2.967)
Saldo final	<u>7.021</u>	<u>4.900</u>

7. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Material industrial	2.137	3.245
Material promocional	2.429	1.288
Manutenção	402	397
Outros	916	170
	<u>5.884</u>	<u>5.100</u>

8. Imposto de renda e contribuição social

A composição dos saldos de imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) diferidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo:				
Diferenças intertemporais:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	2.387	1.666
Gratificações a diretores	-	-	397	1.146
Horário eleitoral gratuito	-	-	-	-
Provisão para dissídio	-	-	383	-
Provisões para riscos	-	-	3.241	4.186
Prejuízo fiscal	-	-	11.402	4.360
	-	-	<u>17.810</u>	<u>11.358</u>

Passivo:

IRPJ/CSLL diferidos sobre reavaliação	-	-	(6.207)	(6.273)
IRPJ/CSLL diferidos transações de capital	(5.872)	(5.872)	(5.872)	(5.872)
Diferenças intertemporais apuradas entre o regime de caixa e o regime de competência contábil das operações com órgãos públicos	-	-	(2.708)	(3.951)
IRPJ/CSLL sobre receita	-	-	(1.869)	(1.910)
IRPJ/CSLL sobre depreciação	-	-	(5.656)	(4.100)
	(5.872)	(5.872)	<u>(22.312)</u>	<u>(22.106)</u>
Ativo diferido líquido			-	5.613
Passivo diferido líquido	(5.872)	(5.872)	(10.115)	(12.937)

Os ativos e passivos fiscais diferidos não estão sendo compensados em função de

serem entidades distintas e, portanto, não existir permissão legal.

Ativo:

A Companhia reconhece créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de outras diferenças intertemporais, e sua realização está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis, nos termos da legislação fiscal em vigor, além das expectativas de geração futura de lucros tributáveis da Companhia. Tais créditos não possuem prazo prescricional. Anualmente a Administração realiza avaliação sobre a capacidade de realização destes ativos.

Passivo:

A Companhia registra o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a diferença resultante pela adoção do regime de caixa para apuração do resultado a ser tributado decorrente das vendas junto a órgãos públicos.

Adicionalmente, está registrado nesta rubrica os impostos e contribuições relativos à diferença entre o saldo da reavaliação do ativo imobilizado registrado na data da transição e sua correspondente base fiscal pelo valor original, o que se constitui uma diferença temporária e dá origem a uma obrigação fiscal diferida a ser realizada proporcionalmente à realização dos respectivos bens.

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado do exercício está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes do IR e da CS	8.483	31.010	7.266	44.404
Alíquotas vigentes	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal	(2.884)	(10.543)	(2.470)	(15.097)
Efeitos de IR e da CS sobre:				
- Equivalência patrimonial	2.884	10.669	-	-
- Horário eleitoral (a)	-	-	5.781	5.028
- Prejuízo fiscal	-	-	(3.025)	-
- Perdas eventuais	-	-	(79)	(57)
- Dissídio	-	-	(368)	(628)
- Multas	-	-	-	(73)
- Efeito da base de cálculo das empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(1.350)	1.359
- Outros	-	(126)	(2.430)	(765)
Despesa corrente	-	-	(3.941)	(10.233)
Efeitos de IR e da CS diferido sobre:				
- Movimentação de operação com Órgão Público	-	-	1.409	-
- Movimentação de PDD e Contingência	-	-	7.076	-
- Movimentação sobre depreciação	-	-	(1.712)	-
- Provisão de receita	-	-	30	-
Receita (despesa) diferida	-	-	6.803	-
Total geral efetiva registrada	-	-	2.862	(10.233)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(20)	(3.941)	(13.989)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	6.803	3.756
Alíquota efetiva	0%	0%	39%	-23%

(a) Conforme disposto na lei, compensação fiscal pela divulgação gratuita da propaganda partidária ou eleitoral ocorre apenas para o imposto de renda, conforme Ato Declaratório Interpretativo SRF nº 2 / 2006, Decreto nº 2.814 de 22 de outubro de 1998, Decreto nº 2.516 de 20 de junho de 2000, Decreto nº 3.786, de 10 de abril de 2001, Decreto nº 5.331, de 4 de janeiro de 2005, Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995 e Lei nº 12.034 de 29 de setembro de 2009.

As declarações de rendimentos do Grupo estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitas a estas condições, conforme legislação aplicável.

9. Investimentos

Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Investimentos em controladas (i)	153.505	260.698	-	-
Outros investimentos (ii)	8.445	21.647	9.298	22.503
	<u>161.950</u>	<u>282.345</u>	<u>9.298</u>	<u>22.503</u>
Circulante	8.445	-	8.445	-
Não circulante	153.505	282.345	853	22.503

i. Composição das participações em empresas controladas

Descrição	2016 (Controladora)				Resultado de equivalência
	Participação	Patrimônio líquido	Lucro ou prejuízo	Saldo do investimento	
Televisão Anhanguera S.A.	88,96%	102.945	23.886	91.579	21.249
J. Câmara e Irmãos S.A.	84,89%	48.295	(7.926)	40.997	(6.728)
Rádio Anhanguera S.A.	99,46%	(312)	(625)	0	(622)
Rádio Araguaia Ltda.	99,00%	7.638	(266)	7.562	(263)
Produtora, Gráfica e Editora Ltda.	33,37%	5.136	333	1.714	111
Televisão Rio Formoso Ltda.	99,00%	4.434	(1.184)	4.390	(1.172)
Rádio Som Juventude Ltda.	99,00%	333	97	330	96
Rádio Som de Gurupi Ltda.	99,00%	311	108	308	107
Centro Norte de Com. Ltda.	99,93%	2.965	(2.624)	2.962	(2.622)
TMK Com. de Resp. Dir. Ltda.	99,00%	427	(6)	423	(6)
Anhanguera Comércio e Serviços	99,76%	1.053	568	1.051	567
Netcam Ltda.	99,98%	2.190	551	2.190	551
WISEKey Liber Tecnologia S.A.					
				<u>153.505</u>	<u>11.267</u>

2015 (Controladora)						2015				
Descrição	Participação	Patrimônio líquido	Lucro ou prejuízo	Saldo do investimento	Resultado de equivalência	Receita líquida	Resultado bruto	Resultado antes do resultado		
								antes do resultado financeiro	Resultado antes dos impostos	Resultado líquido
Televisão Anhanguera S.A.	88,96%	171.009	31.897	152.130	28.375	108.147	52.224	26.714	41.052	31.897
J. Câmara e Irmãos S.A.	84,89%	87.259	(6.240)	74.074	(5.297)	99.399	63.720	(14.032)	(8.881)	(6.240)
Rádio Anhanguera S.A.	99,46%	316	(892)	314	(892)	333	(234)	(858)	(844)	(892)
Rádio Araguaia Ltda.	99,00%	13.385	7.229	13.251	7.157	5.226	3.745	8.058	9.048	7.229
Gráfica e Editora O Popular	33,37%	9.677	793	3.229	265	2.979	1.557	977	1.195	793
Televisão Rio Formoso Ltda.	99,00%	5.617	197	5.561	195	8.770	4.115	593	545	197
Rádio Som Juventude Ltda.	99,00%	511	113	506	112	719	453	137	233	113
Rádio Som de Gurupi Ltda.	99,00%	203	(26)	201	(26)	516	240	(37)	(24)	(26)
Centro Norte de Com. Ltda.	99,93%	5.590	(1.708)	5.586	(1.707)	13.609	3.534	(1.674)	(1.759)	(1.708)
TMK Com. de Resp. Dir. Ltda.	99,00%	431	(15)	427	(15)	-	(14)	(41)	(12)	(15)
Anhanguera Comércio e Serviços	99,76%	1.250	1.504	1.247	1.500	5.441	4.004	2.171	2.146	1.504
Netcam Ltda.	99,98%	4.173	1.707	4.172	1.707	2.404	1.964	1.728	2.074	1.707
WiSeKey Liber Tecnologia S.A.										
				<u>260.698</u>	<u>31.379</u>					

Dividendos creditados (pagos) pelas sociedades controladas à controladora

2016						2015				
Descrição	Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Reversão	Saldo final	Investimento 31/12/2015	Equivalência patrimonial	Reversão de Dividendos	Baixa	Investimento 31/12/2016
J. Câmara e Irmãos S.A.	359	25.646	(26.005)	-	0	74.074	(6.728)	(25.646)	(704)	40.996
Produtora, Gráfica e Editora Ltda.	44	1.626	(1.670)	-	-	314	(622)	-	308	-
Netcam Ltda.	-	2.532	(2.532)	-	-	13.251	(263)	(5.425)	-	7.563
Rádio Araguaia Ltda.	-	5.425	(5.425)	-	-	3.229	111	(1.626)	-	1.714
Anhanguera Comércio e Serviços Ltda.	-	763	(763)	-	-	5.561	(1.172)	-	-	4.389
Rádio Som Juventude Ltda.	<u>215</u>	<u>272</u>	<u>(486)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	506	96	(272)	-	330
	<u>10.314</u>	<u>118.062</u>	<u>(123.297)</u>	<u>-</u>	<u>5.079</u>	201	107	-	-	308
						5.586	(2.622)	-	-	2.964
						427	(6)	-	-	421
						1.247	567	(763)	-	1.050
						4.172	551	(2.532)	-	2.190
						-	-	-	-	-
						<u>260.698</u>	<u>11.267</u>	<u>(118.062)</u>	<u>(398)</u>	<u>153.505</u>

Os principais saldos patrimoniais das controladas em 2016 e 2015 são apresentados como segue:

2016						2015					
Controladas	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		
Televisão Anhanguera S.A.	64.539	66.843	20.658	7.779	102.945	140.377	70.453	25.462	14.359	171.009	
J. Câmara e Irmãos S.A.	35.650	38.831	19.070	7.116	48.295	82.092	35.195	21.432	8.596	87.259	
Rádio Anhanguera S.A.	84	2.686	2.616	467	(313)	96	2.787	84	2.483	316	
Rádio Araguaia Ltda.	4.104	5.245	1.691	19	7.639	11.836	3.491	1.646	296	13.385	
Produtora, Gráfica e Editora Ltda.	1.315	5.052	1.217	13	5.137	3.073	7.419	730	85	9.677	
Televisão Rio Formoso Ltda.	1.715	9.431	4.170	2.542	4.434	2.474	9.224	1.319	4.762	5.617	
Rádio Som Juventude Ltda.	333	69	62	7	333	805	45	294	45	511	
Rádio Som de Gurupi Ltda.	285	89	58	5	311	214	63	62	12	203	
Centro Norte de Com. Ltda.	2.443	16.525	12.196	3.808	2.964	3.817	16.153	3.637	10.743	5.590	
TMK Com. de Resp. Dir. Ltda.	516	45	120	14	427	518	49	120	16	431	
Anhanguera Comércio e Serviços	998	977	372	549	1.054	1.033	1.319	440	662	1.250	
Netcam Ltda.	1.790	1.063	656	6	2.191	4.042	376	240	50	4.128	

Os principais saldos patrimoniais das controladas em 2016 são apresentados como segue:

2016					Controladora		Consolidado		
Descrição	Receita líquida	Resultado bruto	Resultado antes dos impostos	Resultado líquido	Investimento 31/12/2016	Equivalência patrimonial	Reversão de Dividendos	Investimento 31/12/2016	
									Televisão Anhanguera S.A.
J. Câmara e Irmãos S.A.	77.345	48.929	(15.008)	(11.124)	74.074	(6.728)	(25.646)	(704)	40.996
Rádio Anhanguera S.A.	254	(275)	(632)	(614)	314	(622)	-	308	-
Rádio Araguaia Ltda.	5.212	3.441	(1.367)	(149)	13.251	(263)	(5.425)	-	7.563
Produtora, Gráfica e Editora Ltda.	3.884	1.679	528	903	3.229	111	(1.626)	-	1.714
Televisão Rio Formoso Ltda.	7.845	2.594	(1.374)	(1.361)	5.561	(1.172)	-	-	4.389
Rádio Som Juventude Ltda.	682	362	99	135	506	96	(272)	-	330
Rádio Som de Gurupi Ltda.	541	330	127	143	201	107	-	-	308
Centro Norte de Com. Ltda.	12.438	2.288	(2.440)	(2.633)	5.586	(2.622)	-	-	2.964
TMK Com. de Resp. Dir. Ltda.	-	(3)	(6)	(7)	427	(6)	-	-	421
Anhanguera Comércio e Serviços	4.046	2.396	922	1.026	1.247	567	(763)	-	1.050
Netcam Ltda.	2.385	1.017	650	896	4.172	551	(2.532)	-	2.190

ii. Outros investimentos – Instrumentos financeiros

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Mensurados ao custo (a)	-	-	853	856
Ações Wisekey S.A. mensuradas a valor justo por meio do resultado (b)	-	21.647	-	21.647
Ações Wisekey S.A. disponíveis para venda (b)	8.445	-	8.445	-
	<u>8.445</u>	<u>21.647</u>	<u>9.298</u>	<u>22.503</u>

a) Participações societárias nas quais o Grupo não possui controle ou influência significativa e, para as quais não é possível mensurar confiavelmente o valor justo e, dessa forma, estão apresentadas ao custo.
b) Referem-se a ações na Companhia Wisekey S.A., cujo o Grupo não possui controle ou influência significativa, as quais até o exercício de 2015 eram classificadas como instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e que, a partir de 2016, com a intenção da Administração de negociação das referidas ações (desinvestimento), passaram a ser classificadas como disponíveis para venda.

10. Propriedades para investimento
Refere-se a imóveis que estão disponíveis para venda reconhecidos ao valor de custo de aquisição que não excede o valor justo, líquidos dos custos de venda.

Descrição	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Terrenos destinados à venda	394	394
Edificações destinadas à venda	<u>238</u>	<u>238</u>
	<u>632</u>	<u>632</u>

O demonstrativo dos valores justos, estimados com base no valor venal dos imóveis para fins de recolhimento dos tributos municipais, é apresentado a seguir:

Item do ativo	Valor Justo	
	2016	2015
- Terrenos	3.412	1.651
- Edificações	<u>652</u>	<u>415</u>
	<u>4.064</u>	<u>2.066</u>

11. Imobilizado

	Consolidado				Vida útil (Anos)
	31/12/2016		31/12/2015		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	13.068	-	13.068	13.068	-
Edificações	46.073	(9.112)	36.961	37.706	25 a 50
Instalações	4.534	(3.040)	1.494	1.700	10
Máquinas e equipamentos	83.560	(39.387)	44.173	45.799	8 a 15
Móveis e Utensílios	4.323	(2.645)	1.678	1.925	10
Motores e aparelhos	4.068	(2.601)	1.467	1.516	8 A 15
Ferramentas e acessórios	149	(71)	78	76	8 A 10
Veículos	13.250	(11.656)	1.594	2.362	5
Computadores e periféricos	17.004	(13.487)	3.517	3.887	5
Imobilizações em andamento (a)	7.585	(3.528)	4.057	4.797	-
Benefetorias em imóveis de terceiros	1.588	(501)	1.087	1.175	5 A 10
	<u>195.202</u>	<u>(86.028)</u>	<u>109.174</u>	<u>114.011</u>	

(a) Refere-se substancialmente a compras de máquinas e equipamentos em andamento.

O Grupo monitora os aspectos trazidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e avalia o valor recuperável de seus ativos sempre que identifica indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado por seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

Nas datas de fechamento das demonstrações financeiras apresentadas, a Administração não identificou indicadores de perdas conforme pronunciamento CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Adicionalmente, a Administração avaliou a vida útil destes ativos, e concluiu que as mesmas estão adequadas e de acordo com as premissas de mercado, em atendimento ao "CPC 27 - Imobilizado" e ao "ICPC 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43".

A movimentação do imobilizado líquido em 2016 e de 2015 é demonstrada a seguir:

(I) Transferências realizadas para a rubrica intangível para melhor apresentação dos ativos.

	2015	Movimentações				2016
		Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Terrenos	13.068	-	-	-	-	13.068
Edificações	37.706	-	-	(903)	158	36.961
Instalações	1.700	-	(6)	(200)	-	1.494
Máquinas e equipamentos	45.799	166	(147)	(5.284)	3.639	44.173
Móveis e utensílios	1.925	13	(17)	(376)	133	1.678
Motores e aparelhos	1.516	177	(19)	(267)	60	1.467
Ferramentas e acessórios	76	7	-	(9)	4	78
Veículos	2.362	11	-	(924)	145	1.594
Computadores e periféricos	3.887	23	(6)	(1.517)	1.130	3.517
Imobilizações em andamento	4.797	6.067	(247)	-	(6.560)	4.057
Benefetorias em imóveis de terceiros	1.175	-	-	(188)	100	1.087
	<u>114.011</u>	<u>6.464</u>	<u>(442)</u>	<u>(9.668)</u>	<u>(1.191)</u>	<u>109.174</u>

	2014	Movimentações				2015
		Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Terrenos	17.236	43	(4.211)	-	-	13.068
Edificações	36.545	26	-	(880)	2.015	37.706
Instalações	1.866	36	-	(202)	-	1.700
Máquinas e equipamentos	44.382	8	(161)	(4.914)	6.484	45.799
Móveis e utensílios	1.762	25	(3)	(351)	492	1.925
Motores e aparelhos	1.506	73	(32)	(252)	221	1.516
Ferramentas e acessórios	11	-	(1)	(7)	73	76
Veículos	3.944	-	(29)	(1.855)	302	2.362
Computadores e periféricos	4.004	52	(18)	(1.561)	1.410	3.887
Imobilizações em andamento	10.790	7.693	-	-	(13.686)	4.797
Benefetorias em imóveis de terceiros	352	-	-	(103)	926	1.175
	<u>122.398</u>	<u>7.956</u>	<u>(4.455)</u>	<u>(10.125)</u>	<u>(1.763)</u>	<u>114.011</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo possuía bens do ativo imobilizado dados como garantia ao empréstimos e financiamentos, no valor de R\$ 17.704.

12. Intangível

	Consolidado				Vida útil (Anos)
	31/12/2016		31/12/2015		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Softwares	24.110	(19.025)	5.085	6.197	5
Marcas	391	-	391	390	5
Concessões Públicas	7.978	-	7.978	7.871	0
	<u>32.479</u>	<u>(19.025)</u>	<u>13.454</u>	<u>14.458</u>	

A movimentação do ativo intangível em 2016 e de 2015 é como a seguir:

	2015	Movimentações				2016
		Adições	Baixas	Amortização	Transferências (I)	
Softwares	6.197	-	-	(2.225)	1.191	5.163
Marcas	390	292	(291)	-	-	391
Concessões Públicas (a)	7.871	128	(99)	-	-	7.900
	<u>14.458</u>	<u>420</u>	<u>(390)</u>	<u>(2.225)</u>	<u>1.191</u>	<u>13.454</u>
	2014	Movimentações				2015
		Adições	Baixas	Amortização	Transferências (I)	
Softwares	6.659	39	-	(2.264)	1.763	6.197
Marcas	100	290	-	-	-	390
Concessões Públicas (a)	7.871	-	-	-	-	7.871
	<u>14.630</u>	<u>329</u>	<u>-</u>	<u>(2.264)</u>	<u>1.763</u>	<u>14.458</u>

Nas datas de fechamento das demonstrações financeiras apresentadas, a Administração não identificou indicadores de perdas conforme pronunciamento CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores nacionais	-	-	10.308	11.135
Fornecedores estrangeiros	-	-	384	1.483
Notas de débito	-	-	331	-
Permutas	-	-	266	702
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.289</u>	<u>13.320</u>

14. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2016 Consolidado	31/12/2015 Consolidado
		médios - % Amortização	final		
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (a)	10,00 a.a		01.04.2019	4.286	6.123
Banco do Brasil S.A. (b)	3,53 a.a		01.05.2023	3.140	2.992
Banco da Amazônia S.A. (d)	4,12 a.a		10.12.2023	4.036	4.613
				<u>11.462</u>	<u>13.728</u>

Circulante				3.106	2.898
Não circulante				8.356	10.830

Os empréstimos referem-se a créditos financiados com recursos de, (a) Fundo constitucional de financiamentos do Centro-Oeste (FCO), (b) Financiamento de capital de giro - Banco do Brasil, e (c) Programa Amazônia Sustentável - Não rural (prestação de serviços).

A movimentação do exercício é como segue:

	Movimentações					
	31/12/2015	Adições	Juros	Pagamentos	Descontos	31/12/2016
Consolidado						
Banco do Brasil	6.123	-	487	(2.324)	-	4.286
Banco do Brasil	2.992	471	112	(435)	-	3.140
Banco da Amazônia	4.613	-	177	(754)	-	4.036
	<u>13.728</u>	<u>471</u>	<u>776</u>	<u>(3.513)</u>	<u>-</u>	<u>11.462</u>

	Movimentações					
	31/12/2014	Adições	Juros	Pagamentos	Descontos	31/12/2015
Consolidado						
Banco do Brasil	339	-	14	(353)	-	-
Banco do Brasil	7.960	-	661	(2.397)	(101)	6.123
Banco do Brasil	2.553	435	100	(82)	(14)	2.992
Banco da Amazônia	4.613	-	189	(161)	(28)	4.613
	<u>15.465</u>	<u>435</u>	<u>964</u>	<u>(2.993)</u>	<u>(143)</u>	<u>13.728</u>

Demonstramos abaixo, o vencimento dos montantes reconhecidos no passivo não circulante:

Ano	31/12/2016
2017	-
2018	2.895
2019	1.652
2020	1.017
2021	1.017
2022	1.017
2023	758
	<u>8.356</u>

Garantias cedidas

Os financiamentos são garantidos por avais, fianças dos sócios, pelos próprios equipamentos e por uma parcela do imóvel da sede administrativa do Grupo.

Cláusulas restritivas

Não existem cláusulas restritivas vinculadas a índices financeiros. Adicionalmente, o Grupo acompanha mensalmente o atendimento das premissas estabelecidas pelos contratos de empréstimos com cláusulas restritivas e entendem estar cumprindo todas as cláusulas restritivas desses empréstimos.

15. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PIS e COFINS a recolher	-	-	1.110	1.235
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	833	-
PIS e COFINS diferidos sobre receita com órgãos públicos	-	-	190	388
Impostos e taxas diversas	-	7	624	155
ISS a recolher	-	-	51	66
	<u>-</u>	<u>7</u>	<u>2.808</u>	<u>1.844</u>
Circulante	-	7	2.616	1.455
Não Circulante	-	-	192	389

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Salário e gratificações a pagar	8	8	8.266	8.344
Encargos a recolher sobre salários e gratificações	1	1	2.883	3.437
Provisão para férias	-	-	5.890	5.705
Encargos a recolher sobre férias	-	-	838	801
Outras obrigações sociais a recolher	<u>392</u>	<u>184</u>	<u>2.343</u>	<u>1.688</u>
	<u>401</u>	<u>193</u>	<u>20.220</u>	<u>19.975</u>

17. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes em processos nas esferas administrativa e judicial perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração acompanha o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores legais (internos e externos) e políticas internas, para todos aqueles processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, são constituídas provisões para riscos, incluindo principal e encargos. Estas provisões são consideradas pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas.

Os saldos dos depósitos judiciais e das provisões para riscos estão representados por:

	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Provisão	judicial	Líquido	Provisão	judicial	Líquido
Cíveis (a)	7.041	(154)	6.887	9.079	(154)	8.925
Tributárias (b)	1.492	(1.667)	(175)	1.679	(1.680)	(1)
Trabalhistas (c)	900	(3.015)	(2.115)	1.453	(2.317)	(864)
Honorários Advocatórios	100	-	100	100	-	100
	<u>9.533</u>	<u>(4.836)</u>	<u>4.697</u>	<u>12.311</u>	<u>(4.151)</u>	<u>8.160</u>

A movimentação da provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais é como segue:

	Provisão para demandas judiciais - consolidado							
	2015				2016			
	Inicial	Adições	Baixas	Final	Inicial	Adições	Baixas	Final
Cíveis	3.051	6.028	-	9.079	9.079	241	(2.279)	7.041
Tributárias	1.498	181	-	1.679	1.679	437	(624)	1.492
Trabalhistas	876	577	-	1.453	1.453	698	(1.251)	900
Honorários Advocatórios	100	-	-	100	100	-	-	100
	<u>5.525</u>	<u>6.786</u>	<u>-</u>	<u>12.311</u>	<u>12.311</u>	<u>1.376</u>	<u>(4.154)</u>	<u>9.533</u>

	Depósitos judiciais - consolidado							
	2015				2016			
	Inicial	Adições	Baixas	Final	Inicial	Adições	Baixas	Final
Cíveis	157	-	(3)	154	154	-	-	154
Tributárias	2.135	-	(455)	1.680	1.680	1.320	(1.333)	1.667
Trabalhistas	1.393	924	-	2.317	2.317	711	(13)	3.015
	<u>3.685</u>	<u>924</u>	<u>(458)</u>	<u>4.151</u>	<u>4.151</u>	<u>2.031</u>	<u>(1.346)</u>	<u>4.836</u>

As principais provisões referentes a perdas prováveis, registradas na contabilidade são as que seguem:

(a) Cíveis

Em 31 de dezembro de 2016, existem 18 ações R\$ 7.093 (17 ações em 2015 no valor de R\$ 9.079) que correspondem, principalmente, a processo de rescisão contratual de empresas prestadoras de serviços e danos morais editoriais e à imagem.

(b) Tributárias

Em 31 de dezembro de 2016, existe 09 ação no valor de R\$ 1.657 (09 ações em 2015 no valor de R\$ 1.679). A contingência tributária provisionada é referente ação que visa discutir a legitimidade da cobrança do salário educação.

(c) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2016, existem 79 ações no valor de R\$ 568 (100 ações em 2015 no valor de R\$ 1.453). Estas provisões são contabilizadas a partir da análise individual dos processos trabalhistas movidos contra o Grupo e leva em consideração a experiência de sua Administração em casos similares, bem como a opinião de seus assessores jurídicos. Os processos são em sua maioria relacionados a horas extras, diferencial de salários, adicional de insalubridade, encargos sociais, dentre outros. Não há nenhum processo individual de valor relevante que necessite de divulgação específica.

O Grupo é parte em outros processos judiciais, cuja perda é considerada como possível, e que em conformidade com as práticas contábeis brasileiras não é necessária a constituição de provisão, conforme abaixo:

1. **Cíveis** - em 31 de dezembro de 2016, existem 66 ações no valor total de R\$ 1.917 (43 ações no valor de R\$ 3.321 em 2015), que correspondem, principalmente, a processos de danos morais cujas ações ainda não apresentam decisões de primeira instância.

2. **Tributárias** - em 31 de dezembro de 2016, existem 18 ações no valor total de R\$ 993 (02 ações no valor de R\$ 692 em 2015), que correspondem, principalmente, a processos envolvendo discussões relacionados ao recolhimento de INSS e IPI.

3. **Trabalhistas** - em 31 de dezembro de 2016, existem 0 ações no valor total de R0 (02 ações no valor de R\$ 37 em 2015), que correspondem a ações originadas de desligamentos decorrentes do curso normal de seus negócios, mas cujo objeto da ação não apresenta decisões pacificadas em tribunais, e já avaliação dos consultores jurídicos internos e externos não apresenta evidências de perda.

18. Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é composto de 115.402.734 (cento e quinze milhões, quatrocentos e dois mil, setecentos e trinta e quatro) ações ordinárias nominativas de R\$1,00 (um real) cada.

b. Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado do Grupo, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social, correspondentes, estão classificados no passivo não circulante. A reserva de reavaliação é realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

A realização da reserva de reavaliação ocorrida durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 pode ser assim demonstrada:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	10.705	10.850
(+) Realização da reserva de reavaliação	<u>(147)</u>	<u>(145)</u>
Saldo final	<u>10.558</u>	<u>10.705</u>

c. Transações de capital

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

Em maio de 2010, a Companhia adquiriu ações de suas controladas pertencentes aos acionistas, por meio de contrato de compra e venda. A diferença entre o valor pago e o valor patrimonial das ações (deságio) da operação descrita acima foi reconhecida no patrimônio líquido.

d. Reserva de lucros**(i) Reserva legal**

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

e. Dividendos

O Estatuto confere dividendos mínimos de 25% do lucro líquido deduzido da apropriação exigida em lei referente a reserva legal.

A base de distribuição de dividendos está apresentada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
• Demonstração da base de cálculo		
Resultado do exercício	8.482	30.990
(-) Reserva legal	(424)	(1.550)
(+) Realização da reserva de reavaliação	<u>147</u>	<u>145</u>
Base de dividendos	<u>8.205</u>	<u>29.585</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	2.051	7.396
• Movimentação da rubrica de dividendos a pagar		
Saldo inicial	12.808	15.285
Dividendos adicionais	110.644	3.779
Dividendos mínimos obrigatórios provisionados	2.051	8.087
Pagamento	<u>(123.441)</u>	<u>(14.343)</u>
Saldo final	<u>2.100</u>	<u>12.808</u>

Durante o exercício de 2016, a Companhia deliberou através de seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária pela distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 112.138, mediante utilização dos saldos de retenção de lucros.

f. Ajustes de exercícios anteriores

No exercício de 2016 a Companhia realizou ajustes no patrimônio líquido decorrentes de erros na consolidação de períodos anteriores. A Administração não realizou o ajuste retroativo em função dos ajustes não serem considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

19. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: suas controladas direta e indiretamente, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas, praticadas em condições contratadas entre as partes, e seus efeitos são assim demonstrados:

Utilização de espaço para publicidade

Tendo em vista a característica do mercado em que o Grupo atua, é comum ocorrerem espaços na grade de inserção de anúncios, em razão da ausência de publicidade paga. Quando isso ocorre, é alocada publicidade de responsabilidade social e comunitária e de outras Companhias do Grupo, sem remuneração. Essa prática, comum no setor de mídia, é denominada como preenchimento do "calhau", não gerando nenhum valor de receita e/ou despesa para a Companhia do Grupo, uma vez que não existe valor/custo a ser alocado.

Contratos de mútuos em aberto

Corresponde à concessão e obtenção de empréstimos para outras Companhias do Grupo, com taxa zero de remuneração e sem prazo de liquidação, conforme os contratos de mútuos vigentes. Os prazos e condições são acertados entre as partes.

	Consolidado				Depreciações e amortizações	(487)	(350)
	31/12/2016		31/12/2015				
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Outras despesas comerciais	(7.045)	(8.437)
TV Luziânia Ltda.	-	6.578	-	3.868			
Televisão Planalto Central Ltda.	1.732	-	1.942	-			
Rádio Padre Luso Ltda.	675	-	1.202	-			
Empresa Centro Oeste de Comunicação Ltda.	35	-	-	-			
Rádio Executiva Ltda.	-	649	-	925			
	<u>2.442</u>	<u>7.227</u>	<u>3.144</u>	<u>4.793</u>		<u>(68.697)</u>	<u>(77.014)</u>
23. Despesas gerais e administrativas							
	Controladora		Consolidado				
	2016	2015	2016	2015			
Despesas com pessoal, benefícios e encargos	(146)	(187)	(16.178)	(9.695)			
Depreciações e amortizações	(11)	(2)	(5.215)	(6.106)			
Locações	(0)	(0)	(2.030)	(2.540)			
Despesa com manutenção	-	-	(2.311)	(2.427)			
Consultoria e auditorias	(59)	(24)	(3.767)	(997)			
Honorários Advocaticios	(353)	(344)	(1.677)	(1.543)			
Vigilância	-	-	(1.345)	(887)			
Outras despesas gerais e administrativas	(41)	(83)	(2.221)	(15.356)			
	<u>(610)</u>	<u>(640)</u>	<u>(34.744)</u>	<u>(39.550)</u>			
24. Despesas tributárias							
	Controladora		Consolidado				
	2016	2015	2016	2015			
ICMS	-	-	(3.135)	(2.369)			
IPTU / ITU	-	-	(463)	(347)			
Taxas	(0)	(0)	(525)	(451)			
Outras despesas	(8)	(15)	(467)	(584)			
	<u>(8)</u>	<u>(15)</u>	<u>(4.590)</u>	<u>(3.751)</u>			
25. Outras receitas operacionais, líquidas							
	Controladora		Consolidado				
	2016	2015	2016	2015			
Outras receitas							
Recuperação de despesas	-	-	975	950			
Receitas com alugueis	-	-	334	271			
Receitas de brindes e ofertas	-	-	116	55			
Recuperação de tributos	-	-	86	96			
Receitas eventuais	-	-	74	52			
Ganho em alienações de ativos	-	-	38	7.896			
Outras receitas	-	-	183	1			
	-	-	1.806	9.321			
Outras despesas							
Perdas eventuais	(1485)	(17)	(1.823)	(199)			
Outras	-	-	(856)	(476)			
	<u>(1485)</u>	<u>(17)</u>	<u>(2.679)</u>	<u>(675)</u>			
	<u>(1485)</u>	<u>(17)</u>	<u>(873)</u>	<u>8.645</u>			
(a) Refere-se a baixa de ativos classificados pela Companhia como não recuperáveis no curso normal de suas operações.							
26. Resultado financeiro líquido							
	Controladora		Consolidado				
	2016	2015	2016	2015			
Receitas financeiras							
Rendimento das aplicações	11	309	17.138	25.417			
Variação cambial ativa	730	13	2.394	807			
Juros ativos	-	0	588	691			
	<u>740</u>	<u>322</u>	<u>20.120</u>	<u>26.915</u>			
Despesas financeiras							
Juros sobre empréstimos	-	-	(776)	(964)			
Variação cambial passiva	(1.252)	(17)	(1.567)	(1.068)			
Juros de mora	-	-	(461)	(2.923)			
Outros	(170)	(2)	(637)	(621)			
	<u>(1.421)</u>	<u>(19)</u>	<u>(3.441)</u>	<u>(5.576)</u>			
Resultado financeiro líquido	<u>(681)</u>	<u>303</u>	<u>16.679</u>	<u>21.339</u>			
27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos							
O Grupo realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar recursos. A administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.							
Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o Grupo possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa, bancos, aplicações e empréstimos junto a instituições financeiras, além de contas a receber e contas a pagar de terceiros e de partes relacionadas.							
Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são demonstrados por categoria na tabela a seguir.							
	Controladora		Consolidado				
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015			
Ativos financeiros:							
Empréstimos e recebíveis							
Caixa e equivalentes de caixa	6.550	5	8.464	2.154			
Aplicações financeiras	-	1.345	63.186	196.043			
Contas a receber de clientes	-	-	31.661	39.565			
Empréstimos a receber de partes relacionadas	-	-	2.442	3.144			

Depósitos judiciais	-	-	4.836	4.151
Outros ativos circulantes	2	10	2.287	1.886
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Outros investimentos - Ações Wisekey S.A.	-	21.647	-	21.647
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Outros investimentos - Ações Wisekey S.A.	8.445	-	8.445	-
Passivos financeiros:				
Outros passivos mensurados ao custo amortizado				
Fornecedores	-	-	11.289	13.320
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.462	13.728
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	7.227	4.793
Dividendos a pagar	2.062	12.808	2.693	14.166

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos, pois:

(a) As taxas contratadas dos empréstimos e financiamentos são próximas às taxas de juros atualmente praticadas no mercado, para transações similares, e ou;
 (b) O vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às das demonstrações financeiras.

Gerenciamento de riscos:

Os principais fatores de risco inerentes às operações do Grupo são expostos a seguir:
 (a) **Risco de crédito:** decorrem da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, o Grupo acompanha rigorosamente a sua política de vendas e de aplicações financeiras, que inclui a análise das instituições depositárias, seleção de clientes mediante a análise de crédito e histórico de relacionamento, de forma a minimizar os riscos de inadimplência.

O Grupo acompanha os fluxos de recebíveis, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto.

(b) **Risco de taxa de juros:** o Grupo está exposto a riscos relacionados à variação de taxas de juros em função de empréstimos e financiamentos que poderão ter seus encargos financeiros reajustados sempre que a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a 30%.

(c) **Risco de taxa de câmbio:** o Grupo está exposto a riscos relacionados à taxa de câmbio, pois uma parcela do seu saldo de aplicações financeiras e contas a pagar, denominado em dólares norte-americanos, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras vinculadas ao dólar	2.803	9.005
Contas a pagar em dólares norte-americanos	(384)	(1.425)
	<u>2.419</u>	<u>7.580</u>

Análise de sensibilidade: Em conformidade com o CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade do risco cambial, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário provável de variação das taxas de câmbio de seus ativos e passivos financeiros (USD), de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

A seguir, é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações nas taxas de câmbio sobre a exposição cambial líquida do Grupo e os possíveis impactos no resultado financeiro do Grupo:

Descrição	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Exposição cambial líquida em R\$ na data base de 31/12/2016	2.419	2.419	2.419
Exposição em US\$ na data base de 31/12/2016	742	742	742
Taxa do US\$ em 31/12/2016	3,2591	3,2591	3,2591
Taxa cambial estimada conforme cenários	3,40	4,25	5,10
Diferença entre as taxas	<u>0,14</u>	<u>0,99</u>	<u>1,84</u>
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - ganho	<u>104</u>	<u>735</u>	<u>1.365</u>

(d) **Risco de liquidez:** o risco de liquidez consiste na eventualidade de o Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações e diferentes moedas. O gerenciamento da liquidez é do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas áreas de gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos e/ou aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

A Companhia não realizou, exceto por eventuais transações realizadas pelo fundo de investimento exclusivo, transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

O Grupo não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Jaime Câmara Junior
Diretor Presidente

Tasso José da Câmara
Diretor Vice-Presidente

Claudia T. C. Toledo
Contadora CRC GO 12056-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e aos administradores da
OJC - Administração e Participações S.A.
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OJC - Administração e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da OJC - Administração e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à OJC - Administração e Participações S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram auditadas por outros auditores, os quais emitiram uma opinião sem ressalva sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 18 de abril de 2016.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 24 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC GO-001203/O-F-GO

Marcelo José de Aquino
Contador CRC 1SP183836/O-6

Protocolo 16298